

# Educação musical e ação cultural na educação básica: ressignificando a escola como espaço cultural

## Comunicação

Caio Higor Morais Araujo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

caiohigorma@hotmail.com

**Resumo:** Inicialmente o texto aborda a situação atual da educação musical no Brasil, hoje pautada pela valorização da diversidade. Nessa perspectiva, destaco a importância da interação com outros agentes musicais e espaços culturais junto ao papel do educador musical que deve promover estratégias que possibilitem essa interação pelo desenvolvimento de ações culturais na forma de projetos, de modo a incentivar a participação da comunidade escolar. Para tanto, apresento o conceito de ação cultural adaptando-o ao contexto da educação musical na escola básica. Em seguida, apresento referências de políticas culturais para a ação cultural na educação e levanto os objetivos e metas dos principais documentos norteadores para essa prática na escola. Por fim, defendo a ocupação da escola enquanto espaço cultural ativo na sociedade, onde são possíveis novas conexões entre os conteúdos curriculares e uma maior participação da comunidade escolar, bem como o empoderamento dos educadores musicais para ressignificarem a instituição escolar e o setor de produção cultural.

**Palavras chave:** educação musical; ação cultural; políticas culturais; educação básica.

## 1. INTRODUÇÃO

O caminho percorrido pela educação musical no Brasil vem se tornando cada vez mais complexo e aprofundado. A evolução dessa área de conhecimento, através dos inúmeros debates, práticas e pesquisas realizadas sobre Educação Musical ao longo do tempo inspiraram a criação de uma abordagem musical contextualizada com as singularidades e pluralidades da cultura brasileira, definida pela ênfase na diversidade e na igualdade social. A origem desse paradigma na Educação Musical começou a partir da interconexão com outras áreas de conhecimento, tais como a Pedagogia, Filosofia, Sociologia, Psicologia, Neurociência, com destaque para a Etnomusicologia, que agregaram novos significados, perspectivas e possibilidades sobre a formação musical do ser humano, aprofundando assim o debate sobre questões relacionadas ao “o que é”, “porquê”, “como”, “para quê” e “para quem” ensinar música nos dias de hoje (SWANWICK, 2003).

Essa evolução epistemológica gerou novas demandas de pesquisa relacionadas aos processos de formação musical presentes nos “mundos musicais<sup>1</sup>” manifestados nas muitas camadas socioculturais da humanidade e como eles se interagem. Tais transformações foram influenciadas por uma visão relativística da cultura e do indivíduo, buscando olhar para além do modelo tradicional, institucionalizado e conservador de educação musical, cuja ênfase era dada à reprodução e à performance. Logo, passou-se a compreender as diferenças, os desafios e a se valorizar a diversidade individual e coletiva que permeiam a formação musical do indivíduo. Nesse contexto, a educação musical torna-se “muito mais do que aquisição de competência técnica; ela deve ser considerada como prática cultural que cria e recria significados que conferem sentido à realidade [...]. Existem inúmeras possibilidades nessa perspectiva, uma vez que alguma modalidade de educação musical acontece em todos os contextos onde haja prática musical, sejam eles formais ou informais (ARROYO, 2002b, p. 20)”.

Complementando essa perspectiva, Kraemer (2000) apresenta de forma sucinta a concepção de educação musical discutida aqui em dois princípios básicos: 1º) a prática de ensinar e aprender música permeia uma multiplicidade de espaços e contextos que vão além das instituições escolares; e 2º) o conhecimento pedagógico-musical é complexo e sua compreensão depende de outras áreas de conhecimento, relacionando-se, em decorrência disto, a todas as pessoas que lidam diretamente e/ou indiretamente com conhecimentos e habilidades próprias da música, podendo ser elas artistas, produtores, professores, pais, mestres, sacerdotes, *DJs*, *MCs*, dentre muitos outros. Inclusive, tais interações são, defendidas pelos documentos oficiais de diretrizes para a educação, como expressado nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Artes:

Envolvendo pessoas de fora no enriquecimento do ensino e promovendo interação com os grupos musicais e artísticos das localidades, a escola pode contribuir para que os alunos se tornem ouvintes sensíveis, amadores talentosos ou músicos profissionais. Incentivando a participação em shows, festivais, concertos, eventos da cultura popular e outras manifestações musicais, ela pode proporcionar condições para uma apreciação rica e ampla onde o aluno aprenda a valorizar os momentos importantes em que a música se inscreve no tempo e na história (BRASIL, 1998, p. 54).

---

<sup>1</sup> Em *Mundos musicais locais e educação musical* de Margarete Arroyo, 2002a

Com aprofundamento teórico e ênfase nessa perspectiva que considera o educador musical como articulador entre os processos musicais escolares e não escolares, destaco a autora Alda Oliveira (UFBA) que traz a abordagem PONTES<sup>2</sup> como uma proposta de orientar o professor de música para uma abordagem pedagógica de articulação e diálogo com a cultura, cujo um dos seus objetivos é “cultivar parcerias com indivíduos, grupos e entidades agremiativas que detém o conhecimento sobre diferentes estilos de repertórios musicais, não somente locais, mas regionais, nacionais e mundiais, abarcando diversos estilos artísticos” (OLIVEIRA, 2015, p. 4). Nesse sentido, a autora chama atenção sobre a demanda urgente para qual os professores deveriam assumir os papéis de intermediadores e produtores culturais, e ressalta também a necessidade de trazer esses valores para a formação universitária em música, permeando os currículos da graduação, que venha a atribuir um papel central à cultura, de forma integrada ao conjunto de suas funções de ensino, aprendizagem, pesquisa e serviços ligados à música (OLIVEIRA, 2006).

Seguindo essa perspectiva, destaco nesse artigo a importância da interação dos educadores musicais com outros agentes musicais – tais como músicos, produtores culturais, grupos de tradição, orquestras, etc. – e espaços culturais – como teatros, museus, praças, dentre outros – através de projetos culturais desenvolvidos para e pela a escola, de modo que essas ações se tornem mais frequentes no cotidiano escolar, contribuindo para a ressignificação da instituição escolar enquanto espaço cultural na sociedade<sup>3</sup>. Para a finalidade deste artigo, apresento uma reflexão sobre a temática baseada em fontes documentais das políticas culturais nacionais, de autores da educação musical, da sociologia e da educação, além da minha experiência como produtor de projetos culturais em educação musical.

---

<sup>2</sup> A abordagem PONTES pode ser considerada um guia para o ensino e para a ação em educação musical. Pode ajudar os professores a articular os diferentes aspectos que acompanham o processo de ensino e aprendizagem, especialmente aqueles relacionados com os elos de contatos culturais, como as características pessoais do aluno, os elementos e a essência do contexto sociocultural, os conhecimentos e experiências musicais prévias do aluno, e ao novo conhecimento a ser aprendido. O enfoque PONTES implica em encontros musicais significativos entre o aluno e a música. PONTES se relaciona com atitude positiva, observação, naturalidade, técnica pedagógica, expressividade e sensibilidade (OLIVEIRA, 2015).

<sup>3</sup> Essa discussão faz parte do meu projeto de pesquisa de Mestrado em Educação Musical na Escola de Música da UFRN. Para mais informações sobre a temática ver: ARAUJO e COSTA (2016); ARAUJO (2016; 2017);

## 2. A AÇÃO CULTURAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Para mobilizar a participação de músicos, bandas, grupos de tradição, etc. em um projeto cultural é necessário que haja uma série de articulações a serem estabelecidas entre esses agentes e o contexto escolar, daí encontra-se o papel do educador musical que deve promover estratégias que possibilitem essa interação pelo desenvolvimento de ações culturais na forma de projetos. Sendo assim, qual significado do termo “ação cultural”? Qual a sua relevância para a educação básica e para área da Educação Musical? Por conta do pequeno número de experiências registradas e publicadas em periódicos científicos, esse tema identifica-se como uma prática ainda pouco usual em escolas públicas e particulares brasileiras, tornando a reflexão teórica sobre a ação cultural nas escolas ainda “inexpressiva, necessitando ainda de mais esforços de pesquisa para fazer avançar o desenvolvimento conceitual relativo à área, e um investimento na formação de agentes culturais que possam realizar este trabalho em escolas” (SOUZA, 2009, P. 6). Sobre essa temática, é fundamental para os todos os profissionais e campos de pesquisa ligados à educação:

[...] conhecer essa produção, frequentar os espaços culturais, ler sobre eles, lutar junto aos órgãos públicos para implantação e preservação de instâncias de cultura em nossas cidades. Se a experiência com a música, com o cinema, o teatro, a literatura, a arte e a própria televisão não fazem parte da nossa vida, como falar e viver experiências semelhantes com as crianças? Como falar de cultura sem vivê-la? Como propiciar experiências culturais se não tivermos, nós mesmos, passado por elas? (LOPES et al, 2005, p.25).

Inicialmente, a concepção do termo *arte-ação*, debatido por Teixeira Coelho (2001), expõe que este foi primeiramente cunhado por Mário de Andrade para defender o princípio da utilidade da arte na sociedade, questionando, por conseguinte, os resultados que esta deveria proporcionar. Trata-se, portanto, do objetivo de a arte estar a serviço da educação e da formação do público, sendo a arte apresentada como um instrumento de mudança estética e social, indo além do seu universo meramente artístico, mas também interconectada à diversas áreas de conhecimento e carregada de significado político por estar consciente dos apelos e demandas da sociedade por justiça social. Nesse sentido, ao reinterpretar o termo para ação cultural, o autor declara que [...]

[...] além de definir-se como área específica de trabalho, ensino e pesquisa, começou a constituir-se num conjunto de conhecimentos e técnicas com o objetivo de administrar o processo cultural - ou sua ausência, como é mais comum entre nós... - de modo a promover, digamos, uma distribuição mais equitativa da cultura, de suas apregoadas benesses. A ação cultural surge assim para responder à pergunta "**o que fazer?**" com a cultura e a arte hoje, neste tipo de sociedade a que chegamos. (COELHO, 2001, p.10-11, grifo meu).

Essa perspectiva sugere que a prática de ações culturais transcende as instituições, permeando uma diversidade de pessoas e espaços culturais, o que ressalta a precisão dos educadores musicais buscarem estabelecer pontes com o trabalho de outros profissionais da música e demais linguagens artísticas, não necessariamente ligados à educação (KRAEMER, 2000; OLIVEIRA, 2006, 2015; QUEIROZ, 2004, 2014). Essas interações entre educadores, artistas e alunos motivam perspectivas para a educação carregadas por valores de diversidade e igualdade social. Dessa maneira, há de se entender que a concepção de ação cultural defendida aqui traz muitas similaridades com a temática da Pedagogia de Projetos (FERNANDEZ, 2016) amplamente difundida na educação, porém com o enfoque no universo artístico.

De acordo com Fátima de Souza (2009), devemos potencializar a ressignificação da escola como um espaço possível para projetos culturais e considerar os professores possíveis agentes culturais, sendo a escola o principal espaço de (trans)formação na sociedade, uma vez que a ação cultural também possui uma dimensão política de caráter social. Por outro lado, para que esta inserção na escola de fato aconteça se faz necessária a formação de agentes culturais e novas concepções sobre cultura para atuarem nas escolas (SOUZA, 2009). A autora continua seu pensamento criticando a forma inadequada como a cultura é abordada no contexto escolar, por uma série de fatores, com destaque para a formação cultural dos professores, considerando ainda os entraves que dificultam o acesso aos bens imateriais. Por isso, é urgente que haja uma formação acadêmica que também valorize a formação cultural de seus alunos (SOUZA, 2009). Nesse processo, a ação cultural deve tornar a escola num local propício ao diálogo e ao exercício da produção, criação e circulação das culturas, reduzindo o acesso desigual aos bens simbólicos na sociedade (SOUZA, 2009).

Corroborando com essa visão, em ARAUJO e COSTA (2016); ARAUJO (2016; 2017), levantei estratégias para realização de ações culturais na escola<sup>4</sup> ressignificando o papel do educador musical como produtor cultural e a influência desse trabalho para formação musical nas escolas, sobre o qual fora elaborado a seguinte estrutura:

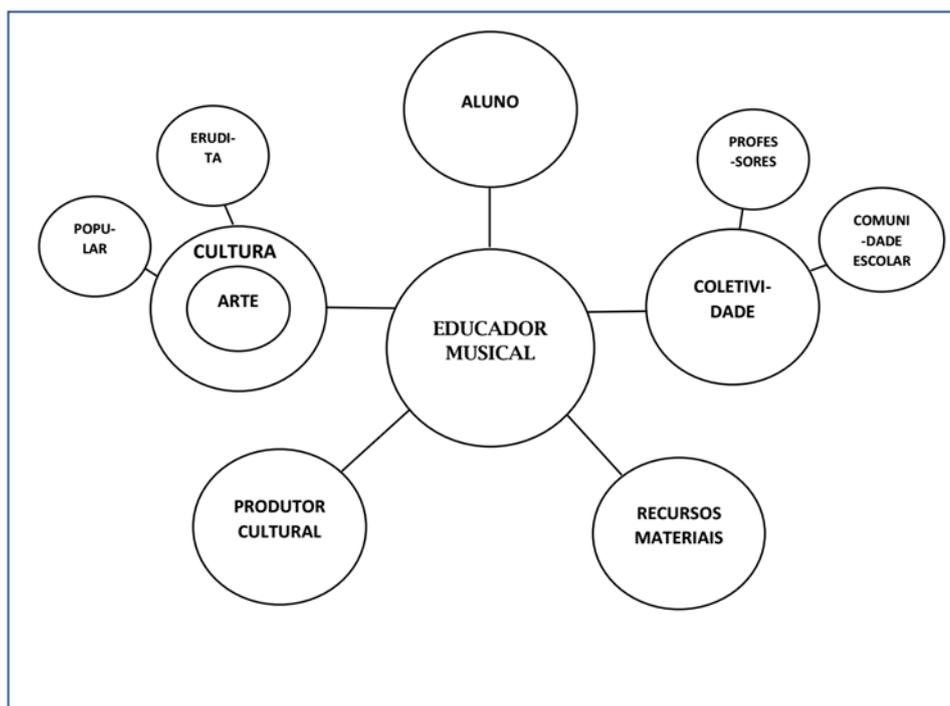


Figura 1 - Articulações do educador musical para ação cultural na escola.

Interpretando a figura de acordo com o contexto da temática, entendemos o papel do educador musical como agente cultural na escola, às vezes também ocupando a função de produtor cultural; o ciclo da coletividade contendo a comunidade escolar, composta por pais, professores, funcionários, etc.; o ciclo da cultura, contendo o ciclo da Arte, ligados aos grupos/artistas, enfatizando de preferência àqueles ligados à cultura local e a música autoral da cidade ou região; o ciclo dos recursos materiais como os apoiadores humanos e financeiros da ação, desde a gestão escolar ou a comunidade, até captação de recursos via editais sob leis de incentivo ou financiamento privado ou coletivo; o ciclo do produtor cultural como responsável para elaboração e agenciamento do projeto, dependendo da sua magnitude; e por

<sup>4</sup> O projeto cultural *Música Potiguar na Escola* surgiu com a missão de difundir a música dos artistas potiguares nas escolas públicas de Natal/RN. Durante a execução do projeto nas escolas acontecem apresentações musicais, criação de espaços culturais, distribuição de CDs e cursos de formação cultural para os professores. O projeto acontece desde 2015 e hoje se encontra em sua 3ª edição.

fim o ciclo do aluno, no qual estarão centradas as concepções pedagógicas que irão nortear a ação. (ARAUJO, 2016).

### **3. POLÍTICAS CULTURAIS PARA EDUCAÇÃO MUSICAL**

No atual cenário político em que nosso país se encontra, considero um ato de resistência e de luta manter viva a discussão sobre a importância de políticas culturais para a educação básica, sobretudo na educação musical, uma vez que são numerosos os projetos culturais existentes nas escolas e Pontos de Cultura, que em sua maioria são compostos por projetos em música, mas que estão desaparecendo por falta de apoio governamental. Todavia, a pesquisa documental realizada para esse trabalho, revelara que as políticas culturais são raras ou superficialmente abordadas no campo da Educação Musical, sendo mais comum abordarem nas publicações as políticas educacionais, embora seja corriqueiro os relatos sobre o ensino de música em projetos sociais e contextos não-formais.

Frente a essa necessidade aprofundamento sobre esta temática, a autora Vanda B. Freire (UFRJ), em sua publicação na revista da ABEM sobre os conflitos e convergências entre política educacional e cultural, trouxe importantes contribuições sobre a aplicação das políticas de fomento à cultura, com foco nos projetos de educação musical. Tecendo considerações, com base nos objetivos da Lei Rouanet e na observação de inúmeros projetos analisados pela autora ao longo de sua atuação como membro da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, a autora destaca a lei de incentivo à cultura como um campo propício de atuação, considerando que o número de projetos que buscavam o apoio do MinC e incluíam o ensino de artes, sobretudo o de música, haviam aumentado de forma expressiva nos últimos anos. Proliferaram, então, projetos sociais de todos os tipos, de todos os níveis de qualidade imaginável, inclusive diversos projetos de excelente qualidade. Contudo, a realidade de grande parte (possivelmente, da maioria) dos projetos que buscam apoio da lei de incentivos fiscais ainda hoje esbarram na apropriação mercadológica que permeia a política de fomento a cultura, sendo este o principal desafio que devemos superar para fazer com que essa lei cumpra seu verdadeiro propósito, o qual envolve planejamento democrático, definição de objetivos sociais e de concepções filosóficas. Por fim a autora apresenta algumas questões pertinentes que merecem reflexão por parte dos educadores musicais:

1) Como traçar políticas públicas consistentes para o ensino de música, no Brasil, que realmente centralizem a questão no âmbito do planejamento educacional? 2) Como conciliar os objetivos e a aplicação da lei de incentivo à cultura com os objetivos que a área de educação musical visualiza para a música, como instância de formação do indivíduo e da cidadania? 3) Como captar verbas adequadas e continuadas para a educação, na rede regular, fora do âmbito da concepção mercadológica que prolifera na sociedade? 4) Qual o papel dos cursos de formação de professores de música nesse contexto? (FREIRE, 2007, p.22)

Aprofundando a discussão em torno de políticas culturais na educação musical, as quais fundamentam toda prática de ação cultural, analisei os documentos nacionais publicados pelo governo, são eles: Manual de Orientações do Programa Mais Cultural nas Escolas (2014) e As Metas Do Plano Nacional De Cultura (2012), os quais representam o maior esforço democraticamente já produzido, em termos documentais e políticos, para fundamentar a inclusão das escolas e a importância da formação cultural em diversas instancias da sociedade.

Inicialmente, o Plano Nacional de Cultura (PNC), trata-se de um documento que reúne um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e metas que devem orientar o poder público na formulação de políticas culturais. Previsto no artigo 215 da Constituição Federal, o PNC foi criado pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Seu objetivo é orientar o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil. Dessa forma, as políticas desenvolvidas para fortalecer a relação entre a cultura e áreas como a educação, a comunicação social, o meio ambiente, o turismo, a ciência e tecnologia e o esporte, gerando metas que refletem uma concepção de cultura que tem norteado as políticas, os programas, as ações e os projetos desenvolvidos pelo Ministério da Cultura (MinC). Essa concepção compreende uma perspectiva ampliada da cultura, na qual se articulam três dimensões: a simbólica, a cidadã e a econômica, ou seja, a cultura como expressão simbólica; a cultura como direito de cidadania; a cultura como potencial para o desenvolvimento econômico. (BRASIL, 2012).

Na consolidação das políticas culturais relacionadas à dimensão simbólica, será mantido um olhar atento às linguagens artísticas (música, literatura, dança, artes plásticas, etc.), mas serão igualmente reconhecidas e valorizadas muitas outras possibilidades de criação simbólica, expressas em novas práticas artísticas e em modos de vida, saberes e fazeres, valores e identidade. Os

saberes tradicionais estarão protegidos e mestres e mestras poderão transmiti-los na escola, possibilitando, assim, uma nova experiência na educação (BRASIL, 2012, p.12).

Assim, para proporcionar um acesso democrático e amplo a cultura na sociedade, inclusive no contexto escolar:

Faz-se premente diversificar a ação do Estado, gerando suporte aos produtores das diversas manifestações criativas e expressões simbólicas, alargando as possibilidades de experimentação e criação estética, inovação e resultado. Isso pressupõe novas conexões, formas de cooperação e relação institucional entre artistas, criadores, mestres, produtores, gestores culturais, organizações sociais e instituições locais.

Estado e sociedade devem pactuar esforços para garantir as condições necessárias à realização dos ciclos que constituem os fenômenos culturais, fazendo com que sejam disponibilizados para quem os demanda e necessita (BRASIL, 2012, p.189)

A meta do PNC que melhor representa a temática pesquisada é de número 14 que objetiva atender a 100 mil escolas públicas de Educação Básica desenvolvendo permanentemente atividades de arte e cultura. Para alcançar essa meta:

É preciso efetivar o acordo de cooperação firmado entre os ministérios da Cultura e da Educação que estabelece diretrizes e critérios para a atuação conjunta dos dois ministérios na implementação da Política de Cultura para a Educação Básica. **Esse acordo busca fazer da escola o grande espaço para circulação da cultura brasileira, acesso aos bens culturais e respeito à sua diversidade.** Por meio desse acordo, será desenvolvido o programa de atividades de arte e cultura dirigido às escolas públicas de Ensino Básico. Essas atividades optativas serão oferecidas em horário complementar ao período das aulas.

**As principais ações específicas do MinC para realizar esta meta são: programa Mais Cultura nas Escolas.** Esta ação promoverá o encontro entre o projeto pedagógico de escolas públicas e experiências culturais e artísticas da comunidade local. A ação integra também agentes sociais culturais responsáveis pela melhoria da educação pública; (BRASIL, 2012, p.53, grifos meus).

Dentre as diretrizes, estratégias e ações que colocam em prática a meta exposta e que melhor descrevem o acesso democrático a cultura no espaço escolar, estão:

- Realizar programas em parceria com os órgãos de educação para que as escolas atuem também como centros de produção e difusão cultural da comunidade;
- Incentivar pesquisas e elaboração de materiais didáticos e de difusão referentes a conteúdos multiculturais, étnicos e de educação patrimonial; (BRASIL, 2012, p.179)
- Ampliar o acesso à fruição cultural, por meio de programas voltados a crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência, articulando iniciativas como a oferta de transporte, descontos e ingressos gratuitos, ações educativas e visitas a equipamentos culturais;
- Promover a integração entre espaços educacionais, esportivos, praças e parques de lazer e culturais, com o objetivo de aprimorar as políticas de formação de público, especialmente na infância e juventude (BRASIL, 2012, p.190).

Como resultado do PNC e como maior exemplo prático a nível nacional de política cultural na educação o Projeto Mais Cultura, desenvolvido em parceria entre o MEC e o MinC, que deu a oportunidade para que novos atores sociais (artistas, artesãos, atletas ou educadores) ocupassem o espaço escolar com seus projetos; a nível nacional houve também o Projeto Escola Aberta, desenvolvido pelo MEC em parceria com a UNESCO, bem como o Projeto Mais Educação, cujas ideias são semelhantes e abriram portas para o desenvolvimento de muitos projetos culturais nas escolas. São propostas que caminham numa direção favorável à ressignificação da cultura no espaço escolar. Nesse sentido, o Manual de Orientações do Programa Mais Cultural nas Escolas (2014) define de forma exemplar os objetivos que os projetos culturais devem estabelecer ao atuarem na educação:

- . Reconhecer e promover a escola como espaço de circulação e produção da diversidade cultural brasileira;
- . Contribuir com a formação de público para as artes e ampliar o repertório cultural da comunidade escolar;
- . Desenvolver atividades que promovam a interlocução entre experiências culturais e artísticas e o projeto pedagógico de escolas públicas de Educação Integral;
- . Promover, fortalecer e consolidar territórios educativos, valorizando o diálogo entre saberes comunitários e escolares, integrando na realidade escolar as potencialidades educativas do território em que a escola está inserida;

- . Proporcionar encontro entre vivências escolares e manifestações artísticas e culturais fora do contexto escolar;
- . Ampliar e aprofundar a inserção de repertórios e práticas que contemplem a diversidade artística e cultural brasileira na vivência escolar;
- . Promover o reconhecimento do processo educativo como construção cultural em constante formação e transformação;
- . Fomentar o comprometimento de professores estudantes com os saberes culturais locais;
- . Contribuir para a ampliação do número dos agentes sociais responsáveis pela educação no território, envolvendo iniciativas culturais dos territórios nos processos educativos em curso nas escolas;
- . Proporcionar aos estudantes vivências artísticas e culturais promovendo a afetividade e a criatividade existentes no processo de ensino e aprendizagem; (BRASIL, 2014, p. 4).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A ESCOLA ENQUANTO ESPAÇO CULTURAL**

A ocupação cultural do espaço é o objetivo principal da ação cultural na educação musical. De acordo com a autora Sonia Kramer (2000), escola tem a importante função de ser um espaço de “circulação das culturas”, pois a experiência com projetos e eventos culturais contribui na formação de toda comunidade escolar, podendo resgatar trajetórias e relatos, provocar a discussão de valores, crenças, bem como a reflexão crítica sobre a formação da sua identidade cultural. Assim, pode-se atribuir novos sentidos na vida das pessoas que tiveram acesso a tais oportunidades, sobretudo se essas experiências forem relacionadas à dimensão artística, pois estas são capazes de inquietar e de provocar reflexões para além do momento em que acontecem (KRAMER, 2000).

A realização de projetos culturais na escola também provoca uma multiplicidade de informações que ocorrem simultaneamente e que são igualmente importantes para os sujeitos envolvidos nesse contexto (DAYRELL, 1999), ou seja, um projeto cultural bem desenvolvido pelos professores incentiva a inter/transdisciplinaridade, indo além dos conteúdos curriculares específicos. Podem ser trabalhados conteúdos que estimulem conhecimentos transversais, tais como meio ambiente, gênero, violência, etc. juntamente com atividades que explorem o uso do

espaço escolar e a participação dos pais e demais membros da comunidade escolar na ação cultural.

Por fim, Queiroz e Penna (2012), ao analisarem os programas e ações em políticas públicas existentes, apontam como crucial conhecer, participar, se adequar e ter uma visão crítica para propor e articular novos rumos para educação musical que possam contribuir nesse sentido.

[...] Em lugar de apenas nos adequarmos às perspectivas das políticas públicas existentes, podemos – e na verdade devemos – participar do processo de gestão dessas políticas, o que só é possível a partir de um amplo conhecimento da legislação, das linhas teóricas, das diretrizes e das ações existentes. Essa é a única forma de nós, educadores musicais, dialogarmos e agirmos no contexto das políticas públicas nacionais, fazendo com que a música e a educação musical não sejam apenas áreas coadjuvantes, que precisam se ancorar em outras para conseguir algum tipo de ação política. (QUEIROZ; PENNA, 2012, p. 102).

Frente a necessidade de os educadores musicais participarem de forma mais proativa na discussão e produção de ações culturais na sociedade, principalmente para as escolas, observa-se que setor da produção cultural necessita se flexibilizar para atender outras demandas, que não sejam exclusivamente para a realização de eventos e apresentações culturais pela cidade – que geralmente tem um acesso limitado ao público pagante e de bairros nobres. É preciso fazer entender que o artista deve contemplar uma diversidade de público e de espaços, sobretudo em regiões periféricas da cidade. O papel do agente cultural defendido aqui é aquele que potencializa essas possibilidades de atuação do artista, levando-o a interagir com essa diversidade. Dessa forma, conceber a escola como um espaço cultural dinâmico, implica em abordar questões de acesso democrático e justiça social, pois a sociedade tem na escola um importante meio de formação

Esse é o momento dos educadores musicais ressignificarem o setor de produção cultural e a instituição escolar. Como educadores, que projetos culturais queremos pôr em prática? Quais tipos de públicos e espaços podemos atuar em parceria com artistas e grupos culturais? No contexto escolar, como realizar projetos culturais de modo a articular a participação de toda a comunidade escolar? São questões que podem inspirar novas ideias para qualquer educador interessado em agir nesse sentido.

Diante disso, podemos perceber que a missão da educação musical é complexa e desafiadora, evoluindo de acordo com a integração entre múltiplos contextos, entre a união de pessoas e saberes de outras áreas. Para tanto, o que mais é preciso fazer? Apenas debater ideias e apontar soluções? É preciso *agir* para que o conhecimento se torne sabedoria, para que a cultura tenha significado, pois atribuir valor a determinada cultura é essencialmente uma questão de experiência, de vivência daquele fenômeno naquele momento. Para tanto, é necessário que os educadores musicais tomem para si a responsabilidade gerar um novo caminho para que essas experiências culturais se proliferem na sociedade, para mais pessoas tenham acesso a esses momentos mágicos.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Caio Higor Morais; COSTA, Maximo José da. A educação musical frente a indústria midiática: a formação de plateia como uma ferramenta de democratização do acesso à música. XXVI Congresso da Anppom - Belo Horizonte/MG, 2016a. Disponível em:

<http://www.anppom.com.br/congressos/index.php/26anppom/bh2016/paper/view/4323> .

Acesso em: agosto de 2016.

ARAUJO, Caio Higor Morais. Ação cultural e educação musical: perspectivas para formação de plateia em música na educação básica. III Congresso Nacional de Educação, Natal/RN: outubro de 2016b. Disponível em:

[http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV056\\_MD1\\_SA20\\_ID10457\\_13082016202232.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA20_ID10457_13082016202232.pdf). Acesso em: outubro de 2016

ARAUJO, Caio Higor Morais. Produção cultural na Educação Básica: reflexões a partir de um concerto didático. In: **Pesquisa em música II: o ensino, a vivência e a aprendizagem musical** LEÃO, Eliane; CARVALHO, Valéria Lázaro (organizadoras) – Curitiba: CRV, 2017. 200p.

ARROYO, Margarete. Mundos musicais locais e educação musical. **Em Pauta**, v13, n.20, 2002a, p. 95-122.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Volume 07: Artes. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **As Metas do Plano Nacional de Cultura**. Brasília: 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Programa Mais Cultura nas Escolas: Manual de desenvolvimento das atividades**. Brasília: 2014.

COELHO, Teixeira. **O que é Ação Cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

DAYRELL, Juarez. **A escola como espaço sócio-cultural**. In: DAYRELL, Juarez (Org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999

FREIRE, Vanda Bellard. Políticas culturais e políticas educacionais: conflitos e convergências. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v.16, 17-23, mar. 2007.

KRAEMER, R. D. Dimensões e funções do conhecimento pedagógico-musical. **Em Pauta**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 11, n. 16/17, pp. 50-73, 2000. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmPauta/article/viewFile/9378/5550>. Acesso em: março de 2017.

KRAMER, Sonia. Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie. **Revista Teias**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 2000. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23857>. Acesso em: março de 2017.

OLIVEIRA, Alda de Jesus. **Educação musical e identidade: mobilizando o poder da cultura para uma formação mais musical e um mundo mais humano**. *Claves*, n.2, p.31–45, 2006.

\_\_\_\_\_, Alda de Jesus. **A abordagem PONTES para a Educação Musical: Aprendendo a articular**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Educação musical e cultura: singularidade e pluralidade cultural no ensino e aprendizagem da música. **Revista da Associação Brasileira de Ensino de Música**, Porto Alegre, n.10, p.99-107, mar. 2004

\_\_\_\_\_, Luiz Ricardo Silva; PENNA, Maura. Políticas públicas para a Educação Básica e suas implicações para o ensino de música. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 37, n. 1, p. 91-106, jan./abr. 2012.

\_\_\_\_\_. Ensino de música na escola: Perspectivas para a atuação docente. **Boletim Arte na Escola**, n.72, mar-mai. 2014. Disponível em: <http://artenaescola.org.br/boletim/materia.php?id=72726>. Acesso em: novembro de 2016.

SOUZA, Fátima Herculano de. **Ação Cultural nas Escolas: possibilidades de atuação para o agente cultural**. CELACC/ECA-USP: São Paulo, 2009.